

Panorama Socioeconômico do Nordeste: Evolução e Perspectivas

Getúlio Alves de Souza Matos

Doutor em Administração/Finanças

Administrador Público. Pesquisador Bolsista - IEL-ETENE/BNB

matos.gas@gmail.com

Resumo

No contexto de mudanças conjunturais e severas restrições econômicas no território brasileiro e em especial no Nordeste, o presente artigo objetiva analisar aspectos socioeconômicos que permeiam a vida daqueles que vivem na região. Para isso, são abordadas as características da população nordestina e suas projeções, seguidas pela análise da significativa redução da mortalidade infantil. Na sequência, os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e IDH Municipal são utilizados para traçar um perfil de evolução do Nordeste de acordo com os componentes destes indicadores: renda, longevidade e educação. Esta análise é seguida por uma leitura mais detida das condições de renda e suas desigualdades em relação ao Brasil e dentro da região, por critérios de sexo e escolaridade. Por fim, o coeficiente de Gini evidencia as disparidades encontradas dentro da região e em cada Estado. À guisa de conclusões, aponta-se que a consolidação de políticas públicas orientadas à redução das desigualdades intrarregionais e do Nordeste em relação às demais regiões do Brasil se constitui como o único caminho viável para o pleno desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos brasileiros que vivem no Nordeste.

Palavras-chave

Evolução do Nordeste. Condições Socioeconômicas. Condições de Vida. Mortalidade Infantil. Condições de Renda.

1 Introdução

O final dos anos 2010 está sendo marcado por significativas mudanças na condução econômica brasileira, na tentativa de recuperação do que pode ser considerada a mais profunda crise já enfrentada pelo país. A crescente indisponibilidade de recursos públicos, fruto de crescimento de gastos e diminuição proporcional de arrecadação, reduz investimentos e ameaça o custeio das atividades financiadas pelos entes estatais. Em paralelo à questão fiscal, o setor privado também enfrenta severas dificuldades para se manter operante, ainda que em situação de retração.

Em condição não melhor do que as demais regiões, o Nordeste brasileiro também registra acumuladas privações em praticamente todos os setores, seja da economia ou da sociedade em sentido amplo. Em um país notadamente desigual, a Região historicamente mais desfavorecida não conseguiu se sobressair das demais no passado recente, o que torna as dificuldades enfrentadas pela sua população ainda mais devastadoras nos momentos de crise.

Neste contexto de severas restrições, acredita-se ser de primeira relevância uma análise que traga luz ao *locus* da atuação de políticas públicas e bancos de desenvolvimento, enquanto agente indutor do desenvolvimento na Região, para os próximos anos. Desta forma, extrapolam-se as usuais análises econômicas para trazer, em conjunto a estas, o elemento social para as análises do presente artigo.

Assim, o presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, como objetivo de delinear um panorama socioeconômico da Região Nordeste do Brasil ao final do ano de 2018, exercício que encerra o último ciclo político de eleições executivas e legislativas em níveis federal e estadual desta década. Não se trata, pois, de um estudo conclusivo ou propositivo de soluções para as questões socioeconômicas da Região, mas de um compêndio de informações relevantes para a compreensão da realidade nordestina, que sirva de ponto de partida para pesquisas futuras em alguns dos enfoques possíveis sobre a realidade local.

Para esta consecução, o artigo foi dividido em diferentes eixos temáticos e, dentro de cada eixo, serão detalhadas a evolução e as perspectivas intrarregionais e inter-regionais. Nos próximos capítulos, numerados de dois a cinco, apresentamos, sequencialmente, um levantamento da situação econômico-social do Nordeste, iniciado por esta introdução. O segundo capítulo resume as condições gerais na Região e a evolução recente sob o prisma do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O terceiro capítulo tem o enfoque nas rendas percebidas pelos moradores, ao passo que o quarto traz as considerações finais e perspectivas de pesquisa, seguido pelo quinto e último, que apresentam as referências utilizadas.

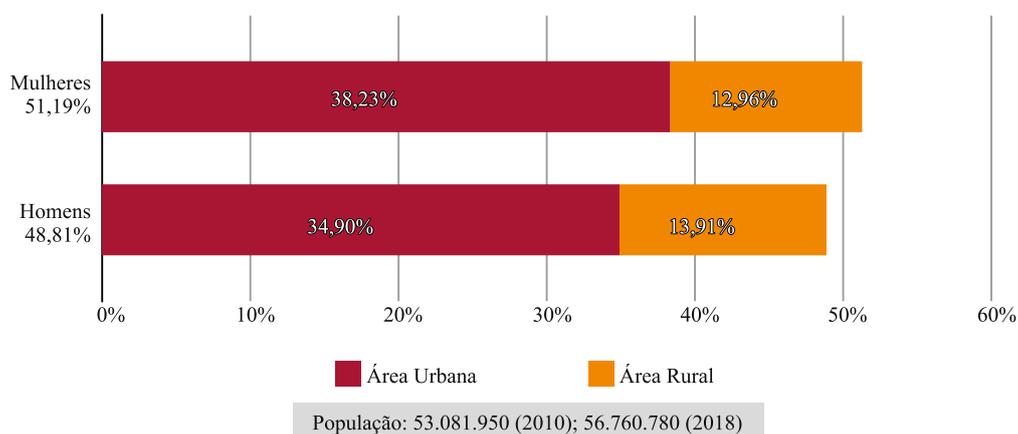
2 Condições Socioeconômicas

O Panorama Socioeconômico do Nordeste visa apresentar, de forma sucinta, informações relevantes quanto à população e as condições fundamentais de vida na Região. Para tal, este capítulo se divide em três seções, que compreendem: (I) Características da População; (II) Condições de Vida; e (III) Evolução das Condições no período de 2010 a 2015. Ao final do capítulo, apresentam-se fatores críticos e detalham-se as desigualdades intra e inter-regionais.

2.1 Características da População

O Nordeste concentra, aproximadamente, 30% da população do país em cerca de 20% da extensão territorial brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), a Região tem cerca de 56,7 milhões de habitantes, distribuídos ao longo de 1,6 milhão de km². A população nordestina possui proporção entre homens e mulheres similar ao que é verificada na média do País.

Gráfico 1 – População estimada do Nordeste, com proporções por sexo e local de moradia em 2018

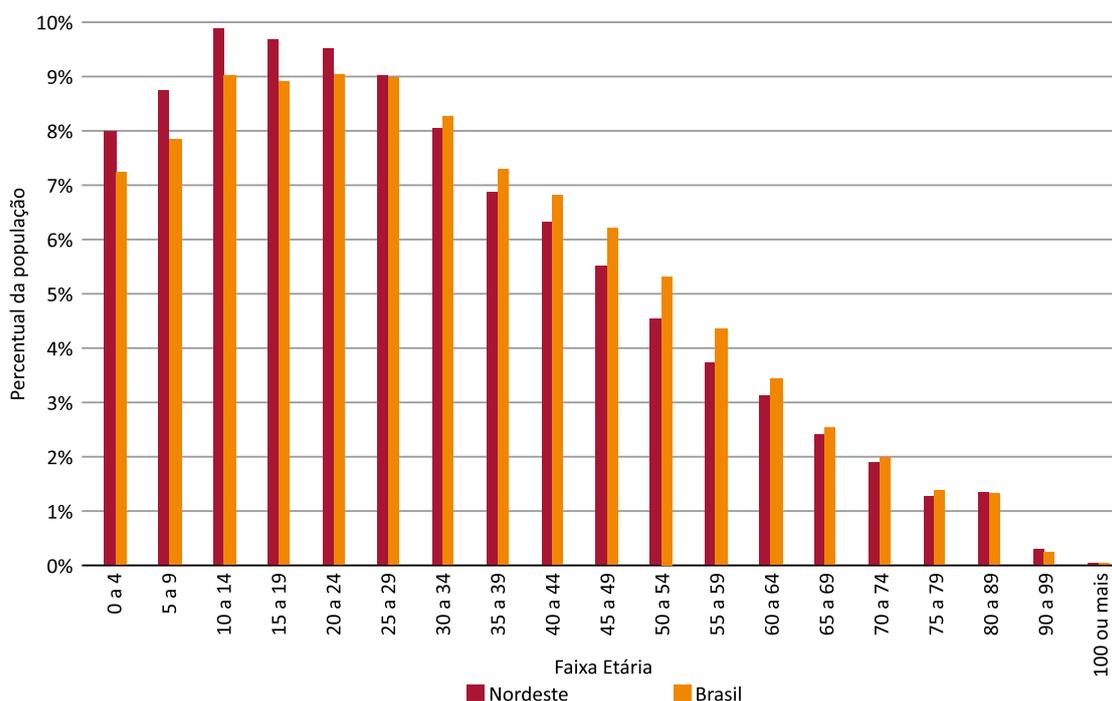


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

O Gráfico 1 exhibe a proporção de homens e mulheres, de acordo com o local de residência. Verifica-se que o Nordeste ainda retém parte significativa de sua população em áreas rurais, a exemplo da Região Norte. A título de comparação, o Sul e Sudeste possuem pelo menos 90% da população em áreas urbanas. As mulheres, em números absolutos e relativos, também tendem a se concentrar nas áreas urbanas.

A população nordestina, conforme detalhado no Gráfico 2, também se aproxima da realidade brasileira na comparação de sua estrutura etária. A maior concentração de pessoas jovens, em relação aos idosos indica que a Região se encontra em estágio semelhante ao nacional em termos de transição demográfica.

Gráfico 2 – Projeção de percentuais da população por idade, Nordeste e Brasil em 2018

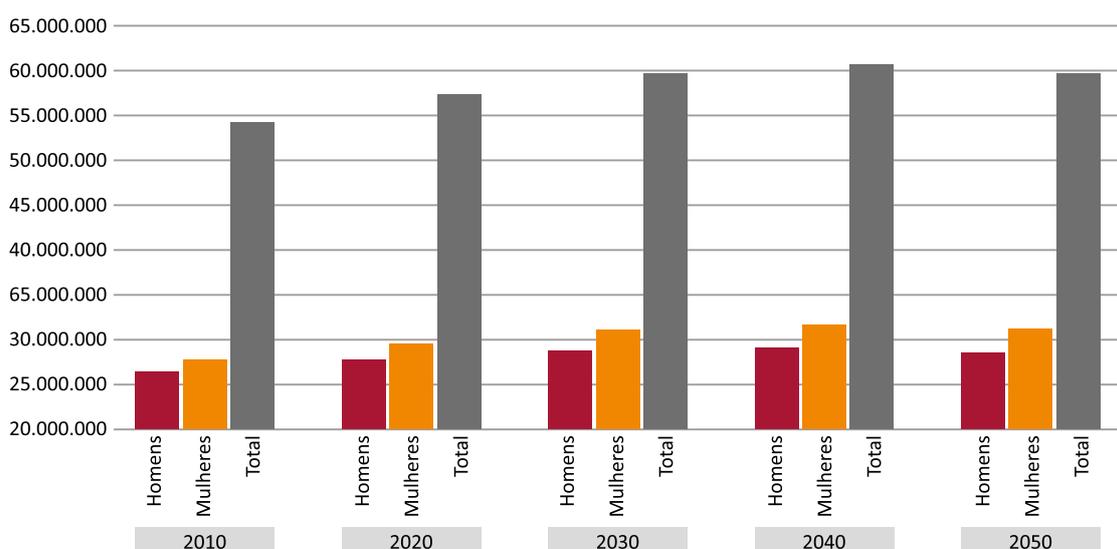


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Censo Demográfico (2010)

No entanto, a análise mais criteriosa dos dados aponta maior concentração de jovens até os 29 anos no Nordeste, em comparação com o Brasil, e uma menor proporção de adultos a partir desta idade.

Analisando especificamente a Região Nordeste, verifica-se que a sua população também apresenta, em números absolutos, uma aproximação à variação percebida no território nacional. Desta forma, o Gráfico 3 evidencia o crescimento estimado da população até o ano de 2040, com conseqüente declínio a partir desta data. Mantém-se, contudo, a proporção de mais mulheres relativamente ao número de homens na Região.

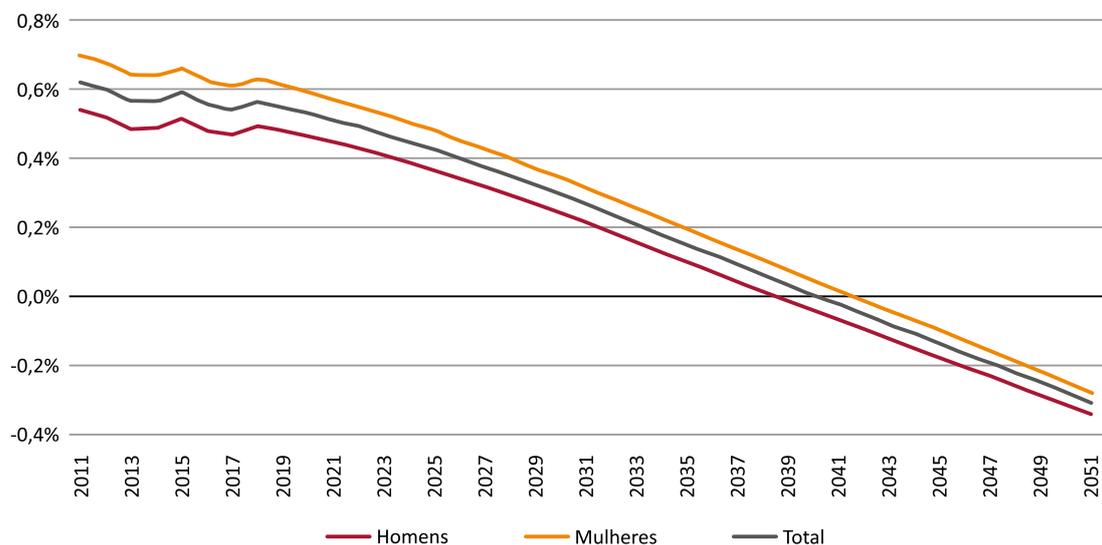
Gráfico 3 – Projeção decenal da população do Nordeste (2010-2050)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) e Censo Demográfico (2010).

O Gráfico 4 complementa esta análise ao apresentar o já existente declínio na taxa de variação populacional. Com ligeira diferença entre homens e mulheres, a população nordestina registra crescimento cada vez menor, fazendo com que a partir da década de 2040 o número de habitantes efetivamente diminua, a exemplo do que é previsto para acontecer no Brasil.

Gráfico 4 – Variação Populacional Estimada por Sexo no Nordeste (2010 - 2050)

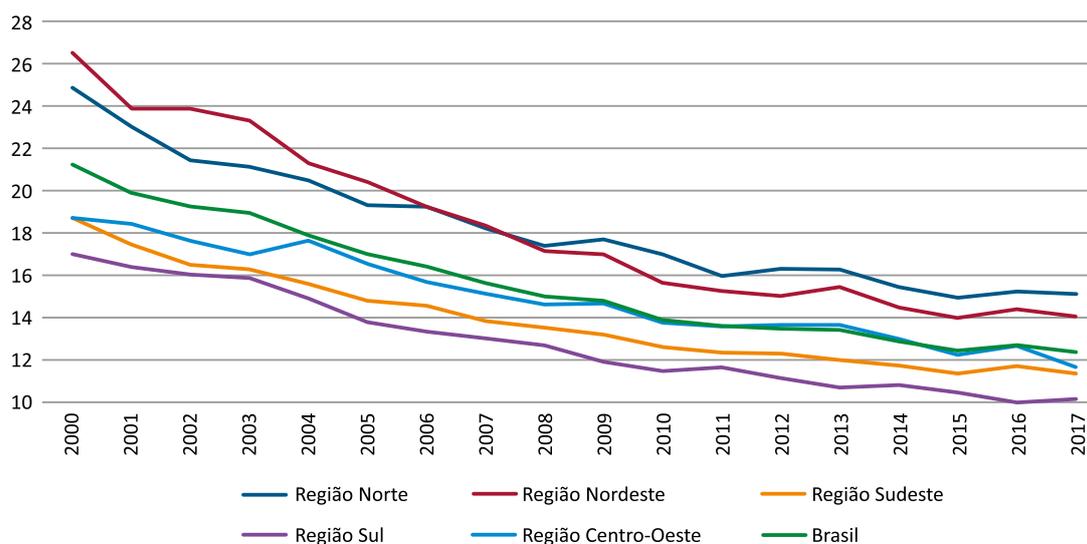


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) e Censo Demográfico (2010)

2.2 Mortalidade infantil: Avanços e redução de desigualdade histórica

Um fator correlato à alteração recente na dinâmica populacional do Nordeste é a mortalidade infantil. Ao longo das últimas décadas, a Região registrou queda consistente neste indicador. Quando considerada a posição relativa entre as regiões, o Gráfico 5 evidencia a melhora do Nordeste que, no período analisado, deixou a condição de Região com maior mortalidade infantil, superando a Região Norte.

Gráfico 5 – Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) por Região, 2000-2017

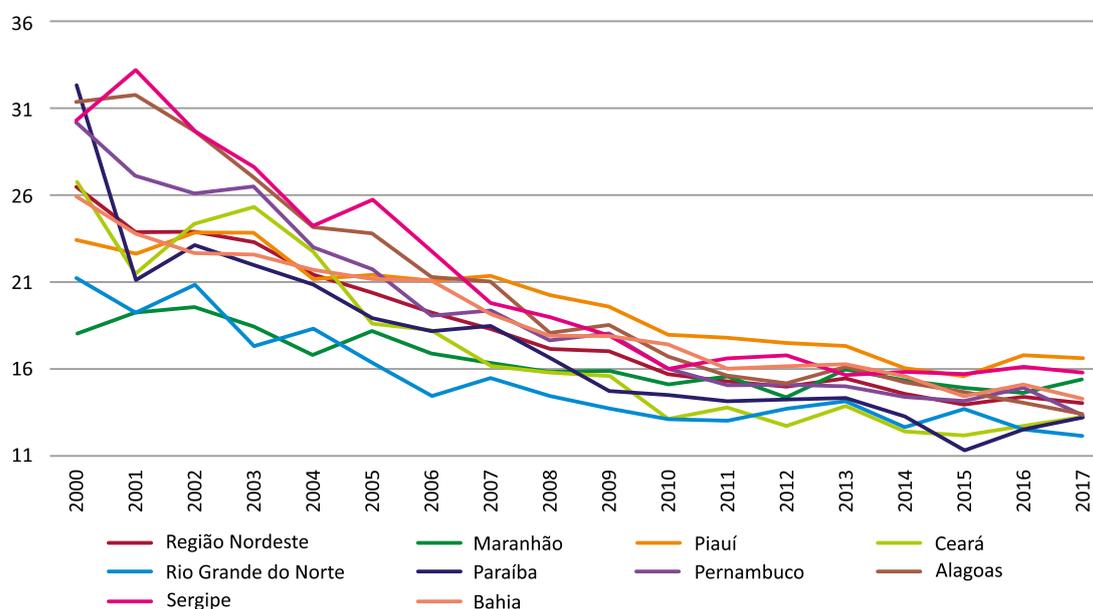


Fonte: Sistema de Informações Sobre Mortalidade (2018a).

Em termos absolutos, no mesmo período, observou-se uma redução quase à metade da taxa de óbitos infantis para cada mil nascidos vivos. Esta evolução é semelhante à observada em outros países

latino-americanos no mesmo período, como os casos de México e Equador (THE WORLD BANK, 2017?). Entretanto, há que se considerar que as demais regiões também registraram avanços, embora mais módicos que o Nordeste, força de uma situação inicial melhor. A Região Sul, por exemplo, registrou um avanço semelhante ao vizinho Uruguai no mesmo período.

Gráfico 6 – Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Nordeste e Estados da Região, 2000-2017



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (2018a).

Uma análise mais detida sobre a Região Nordeste, no entanto, evidencia que fatores estaduais ou locais podem ser pouco explicativos para a queda da mortalidade infantil, como pode ser verificado no Gráfico 6. A exemplo da queda percebida em todo o país, especificamente no Nordeste, a queda implicou também a menor dispersão entre os estados ao final do recorte temporal, em comparação ao observado no início. Desta forma, depreende-se que políticas nacionais foram fortemente responsáveis pela queda deste indicador na Região.

Em 2000, a Paraíba registrava aproximadamente 32 crianças mortas a cada 1000 nascidas vivas, o maior valor do ano inicial da observação. Ao mesmo tempo, o Maranhão registrou o menor valor, com cerca de 18 crianças. No último ano da amostra, o pior estado neste quesito, Piauí, registrou não mais que 17 óbitos infantis ao passo que o melhor, Rio Grande do Norte, registrou aproximadamente 12. Assim, depreende-se que a dispersão entre os valores estaduais, que fazia com que a unidade da federação com o indicador mais crítico registrasse números 77% maiores que a melhor, decresceu para cerca de 44%.

2.3 Condições de vida em 2010

A análise das condições de vida na Região Nordeste, aqui apresentada, teve como objeto principal o IDH e seus componentes.

No transcorrer do século XX, a teoria econômica avançou consideravelmente no que tange ao conceito de “desenvolvimento”. Sobretudo na primeira metade do século, entendia-se que o Produto Interno Bruto (PIB), ou a renda per capita, seriam uma aproximação satisfatória para a prosperidade econômica de uma determinada localidade.

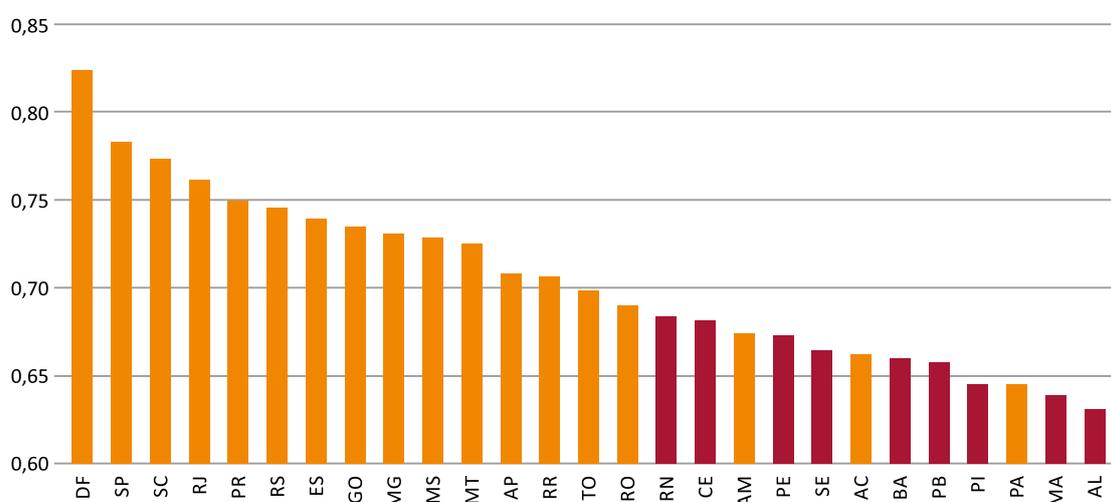
No entanto, esta ideia foi suplantada por outros avanços, sobretudo na questão da incorporação da condição humana, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano o conceito mais recorrente para esse fim. O IDH é uma métrica idealizada pelo Nobel Amartya Sen, e consiste basicamente da avaliação de três conjuntos de variáveis: longevidade, renda e educação.

Como uma extensão do IDH para a avaliação subnacional, estima-se também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com base em dados do Censo, que foram trabalhados ao longo desta seção.

O Gráfico 7 traz, com base nos dados do último Censo Demográfico (2010) os Estados do Brasil ordenados de acordo com o IDH, em uma escala que vai de 0 a 10. Observa-se, inicialmente, que o Brasil ainda apresenta uma grande dispersão entre seus Estados. Para efeitos comparativos, ao passo que, em 2010, o Estado de Alagoas apresentava um IDH próximo ao da Síria, o Distrito Federal exibia números próximos aos do Qatar.

Essa disparidade entre os extremos superior e inferior da distribuição brasileira também pode ser verificada entre as regiões. Os onze Estados com os maiores IDHs do Brasil são exatamente todos os Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Gráfico 7 – IDH por Estado em 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013).

Em contraposição a esta situação, entre os 12 menores IDHs estão todos os nove Estados da Região Nordeste, e, conseqüentemente, os 3 da Região Norte.

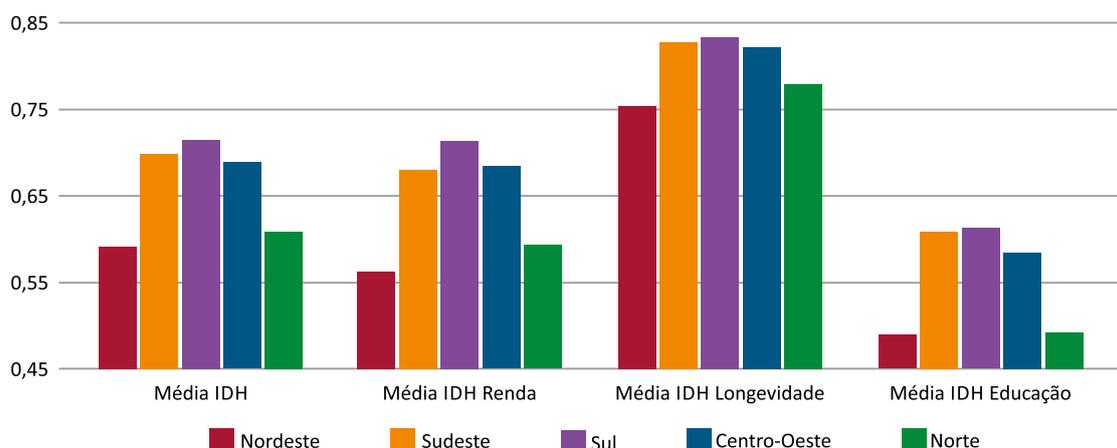
Com essa desigualdade constatada, é conveniente analisar as dimensões componentes do IDH com base no Gráfico 8, no intuito de verificar se essa condição é mais acentuada em algum deles.

No quesito Renda, verifica-se maior discrepância em relação à oscilação registrada nos desvios das demais regiões. Em outras palavras, o Nordeste se distancia mais das outras regiões, mesmo a renda destas tendo uma avaliação ligeiramente inferior à média do IDH nacional.

A exemplo da Renda, a Educação também revela uma significativa defasagem do Nordeste em relação às demais regiões. A este fato, no entanto, é necessário acrescentar que este componente é consideravelmente inferior à média utilizada na composição do IDH para todas as regiões, sendo o Nordeste detentor da maior discrepância.

O critério da longevidade apresenta a menor discrepância entre as regiões brasileiras, e, também, os valores nominais mais elevados entre os componentes do IDH. Conseqüentemente, o Gráfico 7 evidencia, em linhas gerais, que a Região Nordeste se encontra desfavorecida em todos os critérios, quando comparada às demais regiões do Brasil.

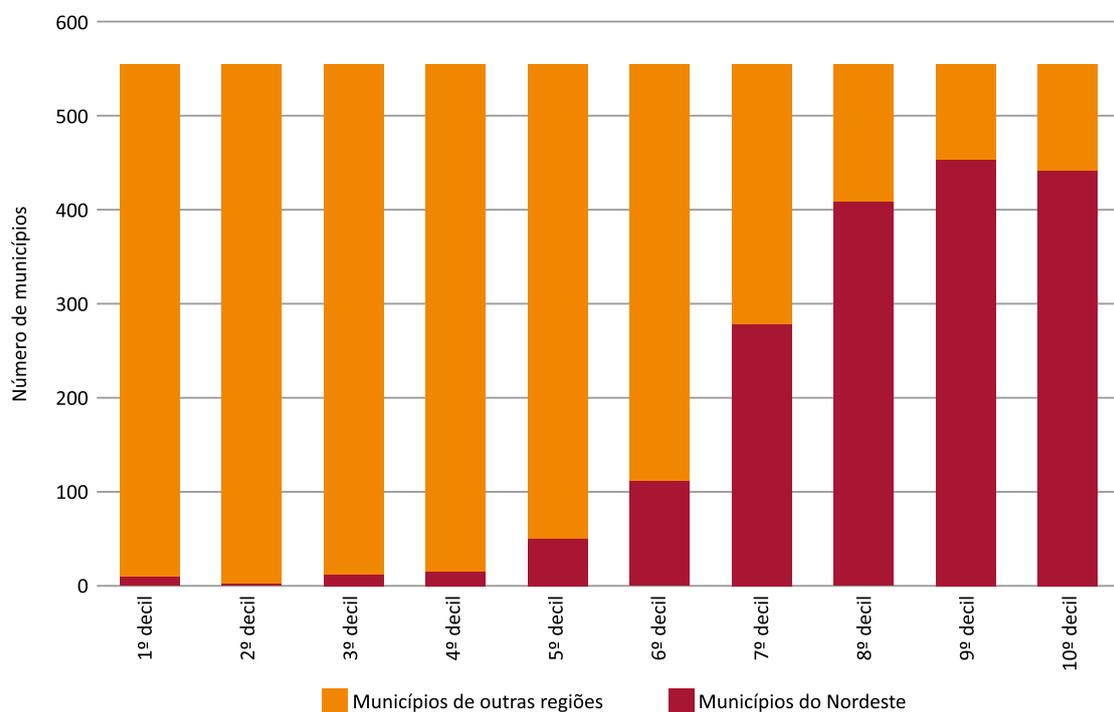
Gráfico 8 – Média e Componentes do IDH por Região em 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013).

Outra evidência da situação precária das cidades nordestinas é evidenciada pelo Gráfico 9. Ao se estratificarem todos os municípios do Brasil em decis, percebe-se que o primeiro decil conta com apenas 11 municípios do Nordeste. Destes, destacam-se a maioria das capitais – mas nem todas – e algumas cidades pertencentes a regiões metropolitanas, além de localidades que podem e devem ser consideradas *outliers* na Região, como Fernando de Noronha.

Gráfico 9 – Participação dos municípios do Nordeste por decis do IDHM em 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013).

À medida que se aproximam os decis inferiores, aumenta a frequência de municípios nordestinos. No segundo decil são apenas 04 municípios nordestinos entre os 556 totais, ao passo que no penúltimo decil, o Nordeste registra 454 municípios, o que mostra, ainda mais, a concentração de municípios em condições inferiores às de outras regiões do país.

2.4 Evolução das condições de vida entre 2010-2015

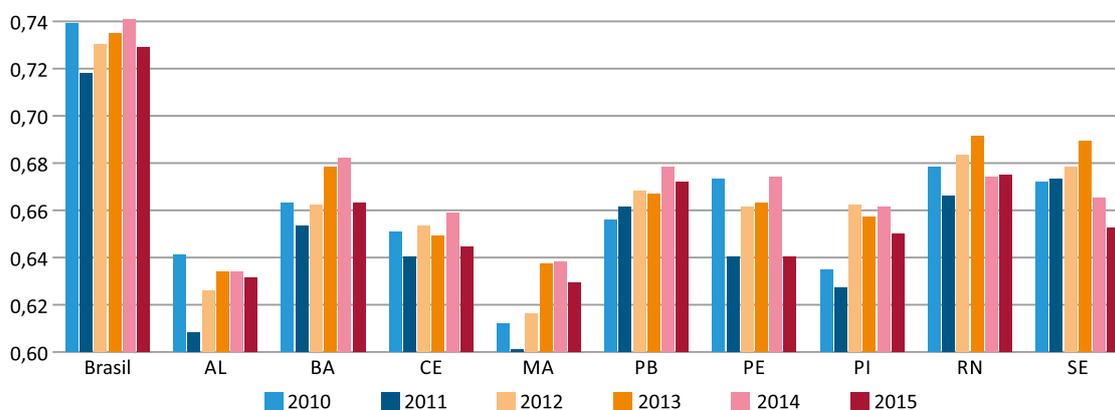
Estabelecido o panorama vigente à época do último Censo, é possível verificar a evolução de alguns dos indicadores anteriormente apresentados, de acordo com os dados do período 2010-2015.

2.4.1 Renda

A análise do perfil das rendas, enquanto componente do IDH, evidencia que, sem exceções, todos os Estados da Região Nordeste se encontram em condição inferior à média nacional.

Em adição a isso, o Gráfico 10 revela também a existência de desigualdades intrarregionais, uma vez que há estados com notas sistematicamente superiores às de outros. Isso pode ser verificado, por exemplo, pela diferença existente entre aqueles com escores mais elevados, como Sergipe e Rio Grande do Norte, e aqueles com menores notas, como Maranhão e Alagoas.

Gráfico 10 – Evolução do critério renda do IDHM, Brasil e Estados do Nordeste - 2010 a 2015

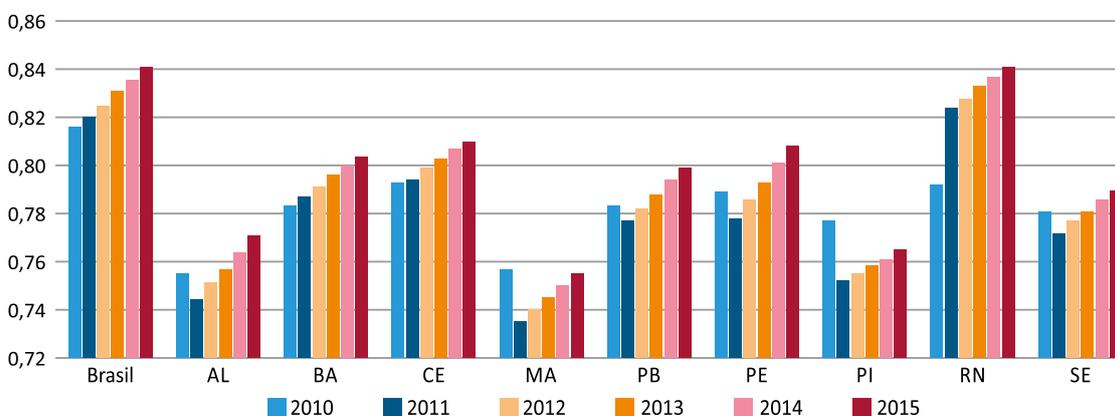


Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

2.4.2 Longevidade

O critério de longevidade, na composição do IDHM, revelou-se como o único no qual pelo menos um dos estados da Região Nordeste obteve escores superiores à média nacional. No caso, o Rio Grande do Norte superou o referencial nacional em todos os anos a partir de 2011. Entende-se, no entanto, que esta inflexão aconteceu somente nos anos em que o IDHM foi aferido a partir dos dados da PNAD contínua, tal como exibidos no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Evolução do critério longevidade do IDHM, Brasil e Estados do Nordeste - 2010 a 2015



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

Há que se salientar, contudo, que eventuais alterações metodológicas em relação à apuração anterior podem ter promovido o salto observado entre os anos de 2010 e 2011. Variações elevadas entre estes anos também foram observadas em outros estados da Região. Nos casos de Alagoas, Maranhão, Piauí e Sergipe, no entanto, esta oscilação representou uma redução da longevidade entre os anos de 2010 e 2011, e, em todos os casos, 2012 representou uma retomada no aumento do escore em relação a 2011.

2.4.3 Educação

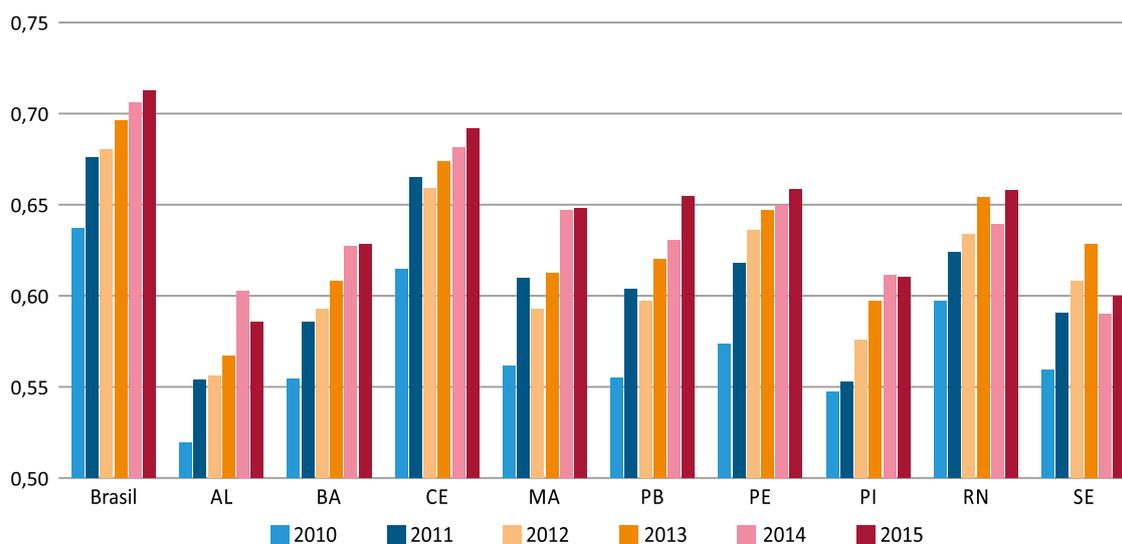
O componente Educação do IDHM apresentou os avanços mais significativos dentre as três dimensões de análise do indicador.

Como evidencia o Gráfico 12, todos os estados do Nordeste se mantêm abaixo da média nacional. Entretanto, os avanços conquistados na Região merecem um olhar mais atento.

Dos nove estados do Nordeste, apenas três apresentaram uma evolução inferior à média nacional. Em ordem decrescente de variação observada, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Ceará apresentaram avanços mais significativos que o País.

Cabe destaque, e também uma investigação posterior mais detalhada, à situação do Estado de Sergipe que, embora tenha percebido significativa melhoria entre 2010 e 2015, registrou queda relevante nos últimos anos da amostra.

Gráfico 12 – Evolução do critério educação do IDHM, Brasil e Estados do Nordeste -2010 a 2015



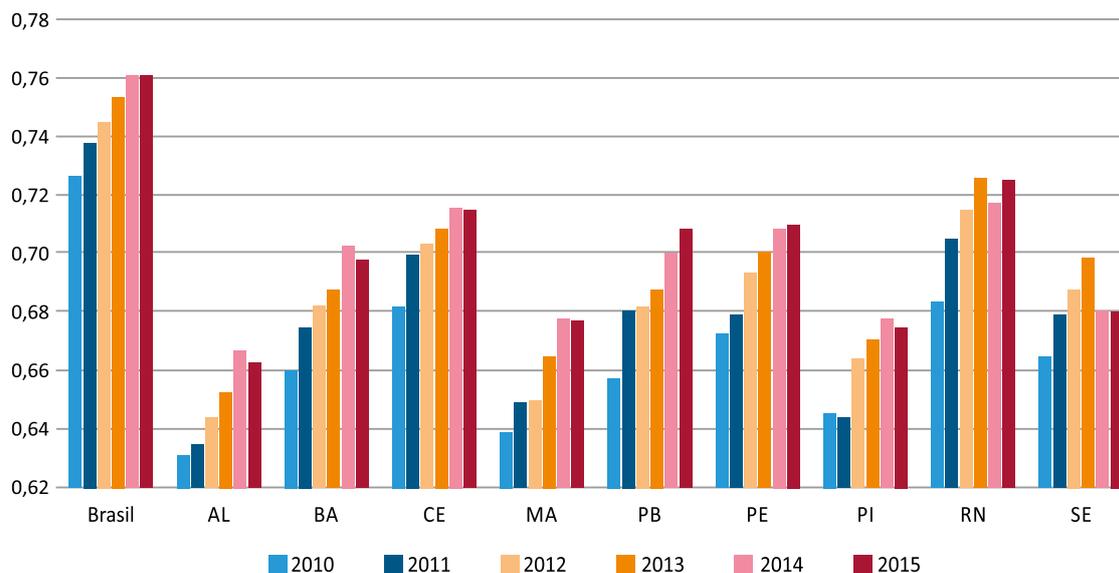
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

2.4.4 IDH e o descompasso Nordeste-Brasil

A análise conjunta das variáveis permite concluir que, embora Brasil e Nordeste tenham avançado na direção de um IDH mais elevado, a Região não conseguiu superar as distâncias relativas com a mesma intensidade. Em outras palavras, o *gap* existente entre o Nordeste e as demais regiões do Brasil não apresenta tendências de estreitamento em um futuro próximo.

O Gráfico 13 apresenta a evolução captada pelo IDH e IDHM entre os anos de 2010 e 2015, para o Brasil e, comparativamente, para os Estados do Nordeste. O Gráfico evidencia uma inegável melhoria nas condições gerais durante o período observado.

Gráfico 13 – Evolução do IDH e IDHM, Brasil e Estados do Nordeste - 2010 a 2015

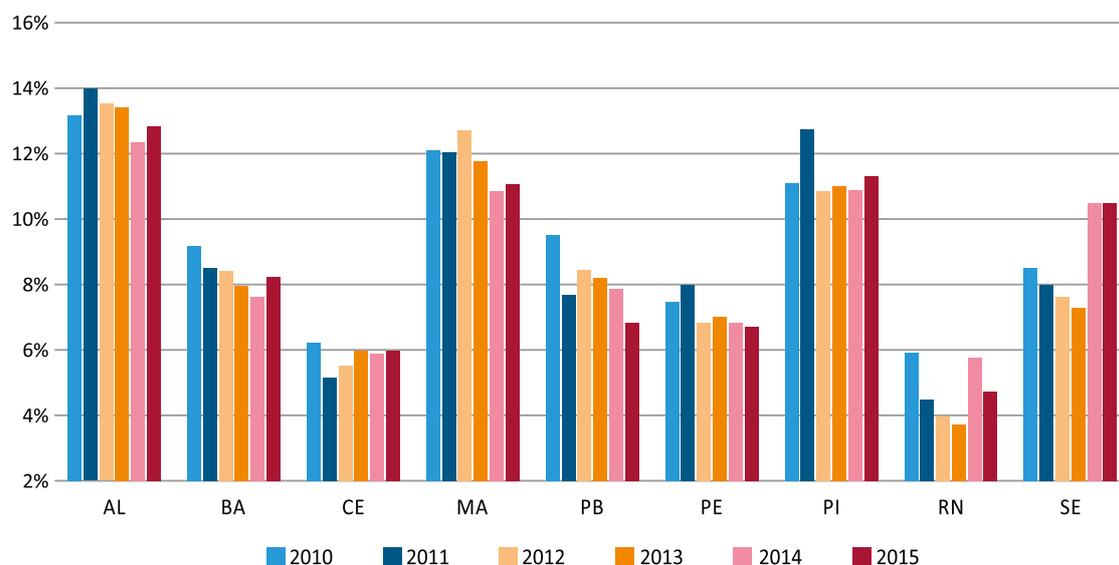


Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

Como espelho desta melhoria, pode-se considerar o caso do Estado com o menor IDH, Alagoas. Em números, percebe-se que em 2010 detinha um escore similar ao da Guiana, com aproximadamente 0,63. Se fosse um país, estaria aproximadamente na 125ª posição no mundo. Ao final da amostra, Alagoas evoluiu seu IDHM para cerca de 0,66. Comparativamente, teria evoluído poucas posições, até a 122ª colocação global, em substituição ao Marrocos que, à época, detinha este ranking.

No entanto, quando consideradas as distâncias relativas entre os Estados e o Brasil, percebe-se que a melhoria observada anteriormente ocorreu em nível nacional, tal como demonstrado pelo Gráfico 14.

Gráfico 14 – Distâncias entre o IDH/IDHM brasileiro e dos estados do Nordeste, 2010 a 2015



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

Em outras palavras, entre o início e o final da amostra, em poucos casos foi registrada uma redução significativa no nível de desigualdade observado. Em adição a isso, observa-se uma tendência de redução

consistente das desigualdades nos Estados que mais se aproximam da média nacional, o que acaba por reforçar os desequilíbrios dentro da própria Região.

Analisando estas distâncias conjuntamente aos desmembramentos do IDH/IDHM, pode-se inferir que parte do desequilíbrio existente na qualidade de vida do nordestino, em relação ao brasileiro, advém da precariedade da educação e da hipossuficiência da maioria de seus habitantes.

Neste sentido, entende-se que os problemas relacionados às condições de saúde têm evoluído a contento nos últimos anos, embora haja condições de melhoria. Referidos avanços têm refletido na recolocação do Nordeste em condição próxima à média nacional, quando analisados critérios como mortalidade infantil e longevidade.

Por outro lado, as condições educacionais ainda têm possibilidade de progresso, fazendo-se necessário o cumprimento de requisitos constitucionais de investimentos em educação, sobretudo no ensino básico.

Por fim, a gritante desigualdade de renda na Região revela a necessidade de mecanismos efetivos de redistribuição dos recursos dentro da sociedade nordestina, que será abordada no próximo capítulo.

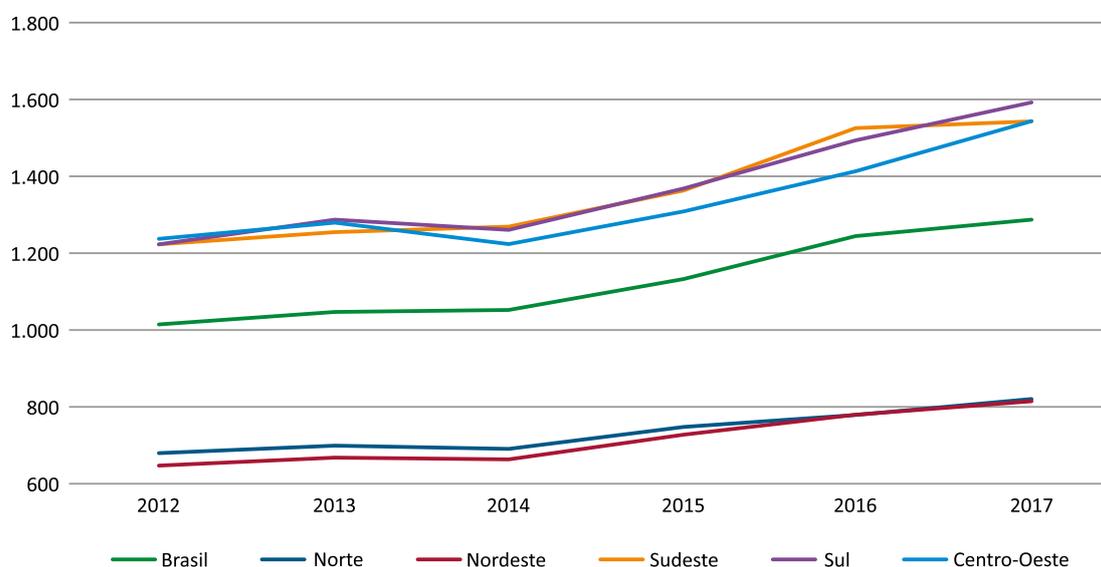
3 Panorama das Condições de Renda

A análise das condições de renda mostra-se relevante pela necessidade de análise da sua estrutura interna à Região, com vistas à melhor compreensão das razões que fazem com que ela seja tão distante da média brasileira em sua trajetória histórica. Assim, optou-se por desmembrar a análise entre rendimentos domiciliares e rendimentos do trabalho, nas seções a seguir.

3.1 Rendimentos Domiciliares no Brasil e no Nordeste

O perfil de rendimentos familiares no Brasil é, notadamente, desigual. As disparidades, entretanto, apresentam, além dos fatores intrínsecos às famílias, um componente regional de alta representatividade.

Gráfico 15 – Rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil e Regiões -2012 - 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral(2018a;2018b;2018c).

A análise do Gráfico 15 evidencia que, entre 2012 e 2017, os rendimentos *per capita* das famílias brasileiras observaram um crescimento real de aproximadamente 27% entre o primeiro e o último ano da amostra. Entre 2013 e 2014, todas as regiões, exceto Sudeste, tiveram decréscimo, prontamente corrigido no período imediatamente posterior.

No entanto, cabe ressaltar que este crescimento não significou uma melhora relativa para as regiões menos favorecidas. A Região Nordeste apresentava, no início da amostra, a menor renda domiciliar, e manteve-se na mesma condição até o último ano retratado, com crescimento inferior à média nacional, na ordem de 26%. A Região Norte, por sua vez, apresentou a menor taxa de crescimento, com 21%. Em contraposição, o Sul observou aproximadamente 30% de evolução no mesmo período.

Tabela 1 – Rendimento domiciliar em reais per capita para Brasil e Regiões - 2012 a 2017 - Em R\$

REGIÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	1.016	1.048	1.052	1.132	1.247	1.289
Norte	679	702	694	751	781	824
Nordeste	649	671	666	727	781	820
Sudeste	1.225	1.255	1.275	1.362	1.531	1.544
Sul	1.225	1.290	1.260	1.368	1.497	1.590
Centro-Oeste	1.242	1.285	1.227	1.311	1.418	1.542

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018a;2018b;2018c).

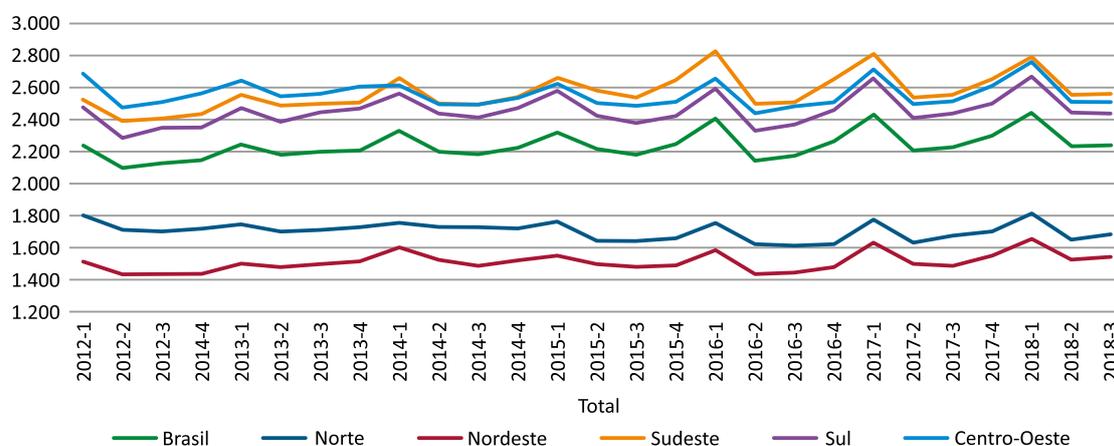
Os rendimentos domiciliares da Região Norte, por sua vez, cresceram significativamente abaixo da média nacional, com avanço de 21%. Em contraposição a estes, destacam-se as regiões Sul e Sudeste que, com crescimentos próximos ou superiores à média nacional, se mantiveram com os maiores rendimentos domiciliares *per capita*.

Embora haja alternância entre Sul, Sudeste e Centro-Oeste como Região com maiores rendimentos familiares médios, a Região Nordeste observou os menores valores ao longo de toda a amostra. As disparidades interregionais também se manifestam, como demonstrado na Tabela 1, pelo aumento da distância existente entre as regiões com maiores e menores rendimentos. Em 2012, a renda familiar média da Região mais “rica” correspondia a 1,91 vez a renda média domiciliar no Nordeste. Seis anos depois, a Região mais rica observa uma renda correspondente a 1,94 vez a renda do Nordeste, o que significa que a disparidade aumentou quase 1,5% em seis anos, em um cenário já desigual.

3.2 Rendimento individual do trabalho

Dos rendimentos anteriormente referidos, um dos recortes possíveis, e talvez o que retrate de maneira mais contundente a disparidade de renda existente no Brasil, compreende os rendimentos auferidos por meio do trabalho.

Gráfico 16 – Rendimentos individuais do Trabalho, Brasil e Regiões - 2012 a 2018 - Em R\$



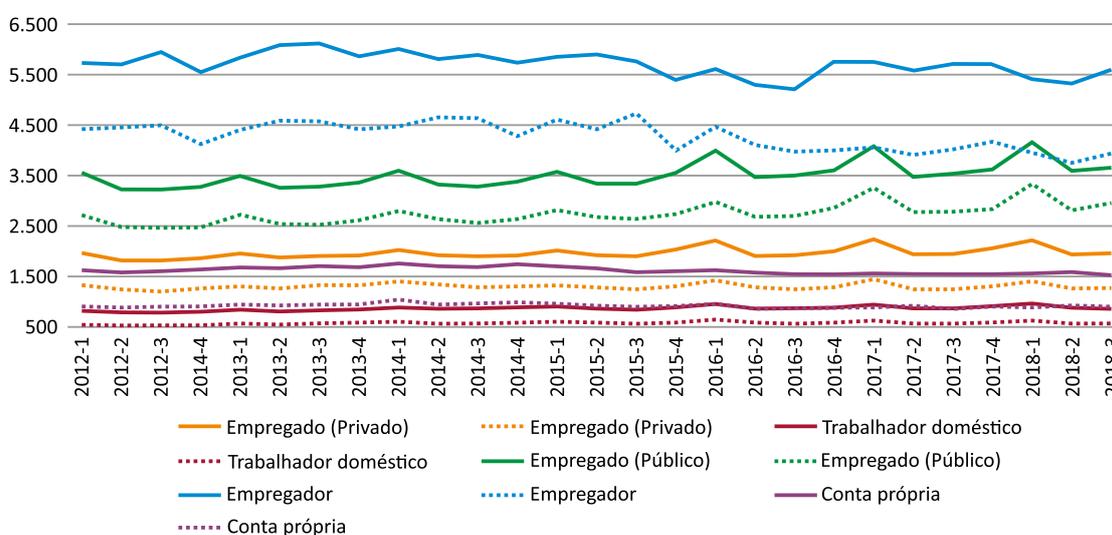
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018a).

O Gráfico 16 evidencia a disparidade existente entre as regiões brasileiras neste quesito. Verifica-se, por meio desta dispersão, que as regiões com o trabalho mais bem remunerado se aproximam do dobro do valor percebido como fruto do trabalho nas regiões com menores proventos. Além disso, houve discreta variação nas posições relativas das regiões neste critério, e somente entre os mais bem ranqueados. Neste caso, apenas as regiões Centro-Oeste e Sudeste se alternaram como Região com os maiores vencimentos, mantendo considerável distanciamento em relação às demais, sobretudo o Norte e o Nordeste.

3.2.1 Rendimentos por categoria de trabalho

Analisando especificamente o caso do Nordeste em comparação ao Brasil, as remunerações podem ser seguramente hierarquizadas por categoria de trabalho, como pode ser verificado no Gráfico 17. Para todas elas, verifica-se que as remunerações no País são sistematicamente superiores às percebidas no Nordeste.

Gráfico 17 – Rendimentos percebidos por categoria de trabalho, Brasil e Nordeste - 2012 a 2018 - Em R\$



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018d).

Em ambos os casos, verifica-se haver uma sequência bem definida de remunerações por categoria, apresentadas em ordem decrescente: empregador, empregado do setor público, empregado do setor privado, trabalhador por conta própria e trabalhador doméstico.

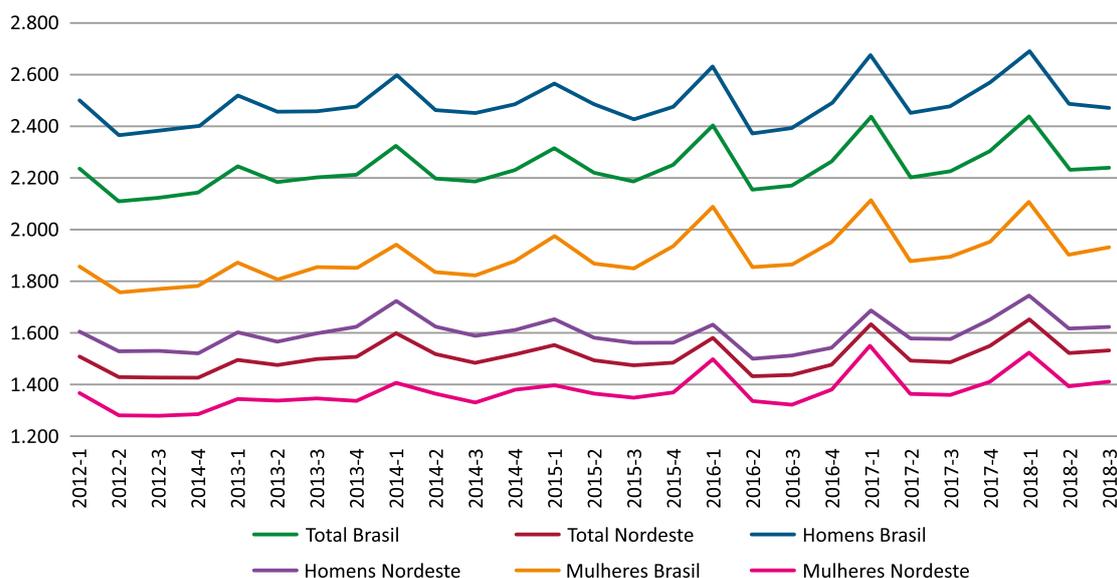
No entanto, quando sobrepõem-se os vencimentos desta hierarquia remuneratória para Nordeste e Brasil, torna-se possível constatar que um trabalhador por conta própria no Brasil chega a ganhar, em média, mais que um empregado privado no Nordeste. Por sua vez, o trabalhador por conta própria no Nordeste tem seus proventos equiparáveis não ao congêneres em escala nacional, mas sim a um trabalhador doméstico no Brasil. Analogamente, portanto, depreende-se que o trabalhador nordestino esteja “um degrau abaixo” do equivalente categórico brasileiro.

Considerando-se a presente desigualdade interregional verificada, torna-se relevante averiguar também outros critérios de desigualdade existentes no Nordeste, e compará-los com a esfera nacional.

3.2.2 Rendimentos estratificados por sexo na Região Nordeste e no Brasil: Evolução do hiato

A distinção social percebida entre homens e mulheres tem recebido a atenção de pesquisadores no Brasil e em todo o mundo. Para o presente propósito, cabe aqui o destaque para a disparidade de renda verificada no país, como demonstrada no Gráfico 18. Por meio dela, fica evidente que o Nordeste se encontra consideravelmente aquém da média nacional, independentemente de considerarmos a estratificação por sexo ou não.

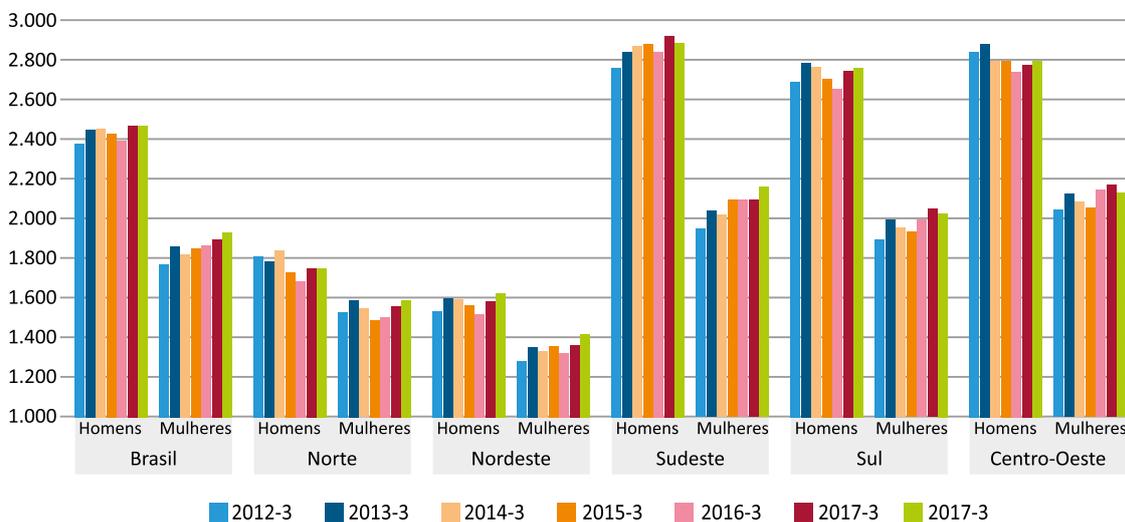
Gráfico 18 – Rendimento real do trabalho por sexo, Nordeste e Brasil - 2012 a 2018 - Em R\$



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018c).

Quando estratificado por sexo e Região, tal como evidenciado no Gráfico 19, o volume dos vencimentos percebidos revela-se negativamente correlacionado¹ à redução do *gap*, o que significa que, para a amostra em tela, regiões com vencimentos maiores tendem a reduzir menos a desigualdade de remuneração entre os sexos.

Gráfico 19 – Comparativo de rendimentos do trabalho por sexo, para Brasil e regiões 2012 a 2017 - Em R\$

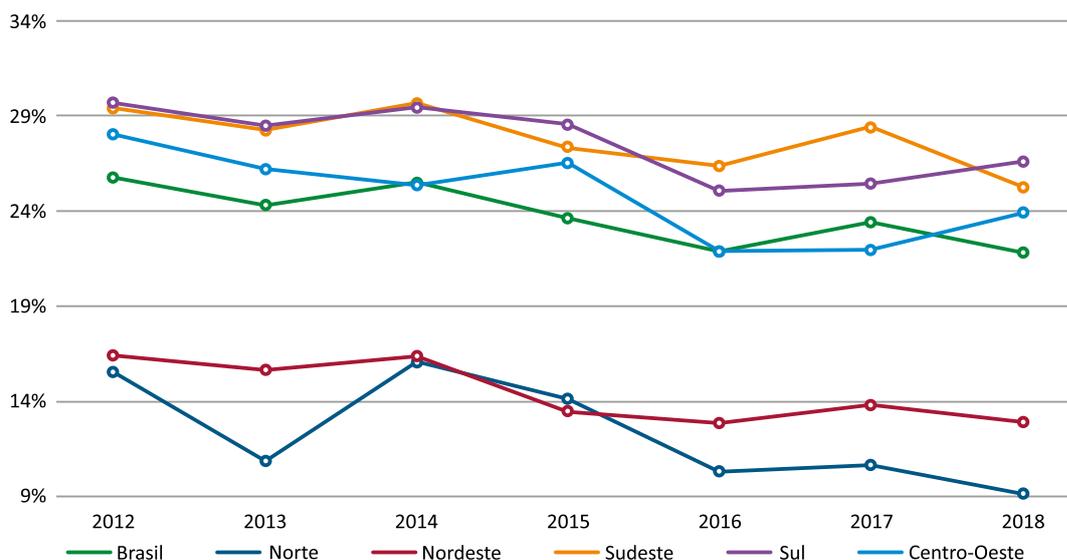


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018c).

A evolução da renda média dos salários, a exemplo da renda média das regiões, apresenta um padrão regional. Verifica-se, nesta situação, que os estados com maior rendimento também registram, sistematicamente, maiores diferenças salariais entre homens e mulheres. O Gráfico 20 apresenta a evolução do *gap* salarial por Região.

¹ Para este procedimento, utilizou-se, como medida de grandeza, os vencimentos médios percebidos por Região e por sexo, no terceiro trimestre de 2018 (último dado). Como medida da evolução do *gap*, a variação percebida entre 2012 e 2018. A correlação foi da ordem de -0,33.

Gráfico 20 – Disparidade salarial entre os sexos, Brasil e Regiões - 2002 a 2018



Fonte: Elaboração Própria, com base em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018c)

Novamente, pode-se perceber que há alternância dentro dos grupos dos “mais ricos” e dos “mais pobres”, mas não há tendência clara de mobilidade entre os grupos. Em outras palavras, o hiato percebido entre homens e mulheres não tende a uma diminuição consistente, nem mesmo a uma aproximação de níveis mais baixos, por parte dos estados com maiores diferenças.

A análise destes dados evidencia que as nordestinas conseguiram estreitar o hiato existente entre os rendimentos na Região e no Brasil.

Em tendência semelhante, os homens do Nordeste também reduziram a diferença entre os seus vencimentos e os dos brasileiros, como demonstrado na Tabela 2. Todavia, quando se analisa as diferenças entre os vencimentos de homens e mulheres em uma mesma abrangência geográfica, verifica-se que o Nordeste apresentou uma redução mais acelerada do *gender pay gap*, quando comparada à redução também observada no Brasil.

Tabela 2 – Evolução dos hiatos entre os rendimentos médios por gênero e Região 2012 e 2018 - Em %

COMPARATIVO	2012/3	2018/3	EVOLUÇÃO
<i>Gender gap</i> NE	15,55%	12,94%	-16,79%
<i>Gender gap</i> BR	25,78%	21,86%	-15,19%
<i>Gap</i> mulheres NE/BR	27,66%	26,79%	-3,15%
<i>Gap</i> homens NE/BR	35,73%	34,29%	-4,02%
<i>Gap</i> Homens BR/ Mulheres NE	46,31%	42,79%	-7,58%

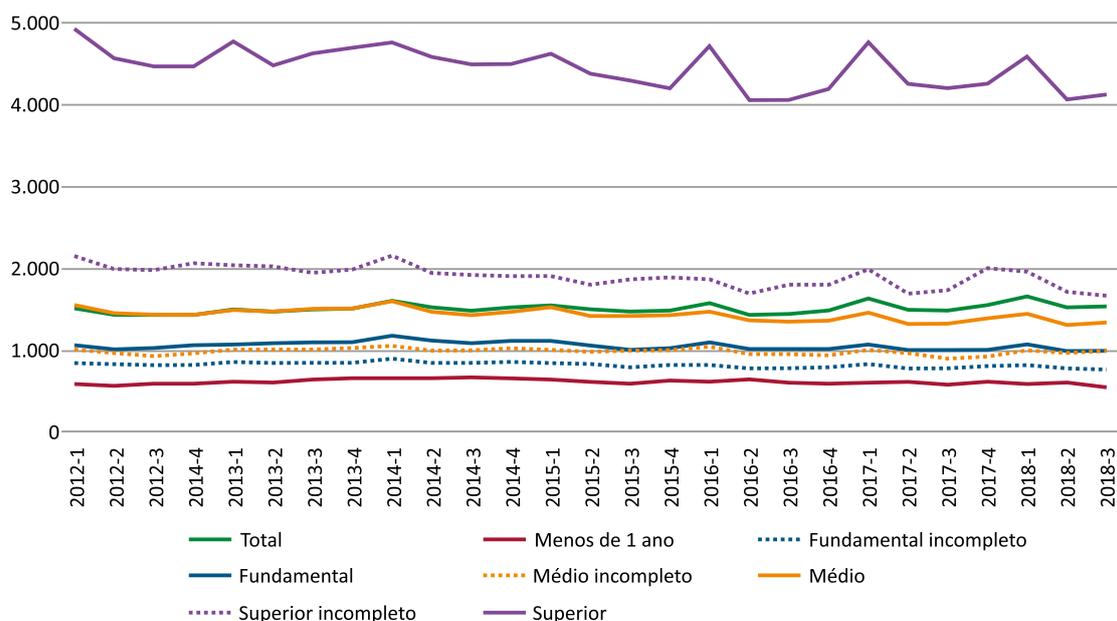
Fonte: Elaboração própria, com dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018c).

Por fim, cabe salientar que estudos evidenciam que outros fatores podem ter influência sobre o hiato de pagamentos entre os sexos. Dentre eles, a escolaridade costuma ser considerada como uma variável explicativa, o que não se verifica no caso brasileiro. Ainda assim, por ser um fator determinante para o impacto na obtenção de renda de trabalho, a próxima seção explora as relações entre escolaridade e renda no Nordeste, e em seus estados.

3.2.3 Rendimento por escolaridade

A escolaridade apresentou-se, no passado recente, como um fator determinante do aumento da renda dos trabalhos. A vasta literatura sobre o tema relaciona, em graus diferentes mas de forma direta, mais anos de estudo à percepção de maiores vencimentos. No entanto, a disposição gráfica dos salários por grupos de escolaridade evidencia um salto considerável nos rendimentos do grupo detentor de ensino superior. Em contraposição a esta diferença, intervalos consideravelmente menores são observáveis entre os grupamentos que correspondem a graus de instrução anteriores a este.

Gráfico 21 – Rendimento médio do trabalho, por escolaridade, 2012-2018 - Em R\$



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018a).

Tabela 3 – Proporção da remuneração de profissional de nível superior, por escolaridade e Estado do Nordeste - Em %

	Menos de 1 ano	Fundamental Incompleto	Fundamental	Médio Incompleto	Médio	Superior Incompleto
Nordeste	13.33%	18.35%	23.62%	23.96%	32.31%	40.49%
Maranhão	14.75%	20.78%	27.91%	29.36%	36.87%	43.28%
Piauí	14.63%	19.80%	31.16%	25.48%	39.34%	46.74%
Ceará	10.97%	16.61%	20.72%	20.02%	32.08%	37.87%
Rio Grande do Norte	15.49%	20.24%	26.28%	41.77%	38.54%	44.28%
Paraíba	12.64%	17.27%	21.86%	20.29%	27.86%	43.82%
Pernambuco	15.33%	17.92%	24.21%	22.19%	31.13%	38.48%
Alagoas	18.38%	23.79%	27.65%	28.38%	38.25%	45.80%
Sergipe	13.32%	18.70%	26.99%	22.15%	35.33%	40.54%
Bahia	12.40%	17.90%	22.02%	22.48%	29.74%	38.89%

Fonte: Elaboração própria, a partir de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018a).

Quando consideradas as distâncias entre a remuneração do recorte mais elevado da amostra e os níveis anteriores de qualificação, percebe-se que Piauí e Alagoas tendem a remunerar em proporção maior os seus trabalhadores que não têm ensino superior completo. Outro fenômeno que pode ser constatado

pelos dados expostos, é o fato de Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe remunerarem melhor os trabalhadores com ensino fundamental do que os detentores de ensino médio incompleto. Isso não se verifica entre médio e superior incompleto, nem entre pouca instrução e fundamental incompleto.

3.3 Rendimentos individuais e desigualdade: Coeficiente de Gini

O Coeficiente – ou índice – de Gini afere o descompasso existente entre a distribuição acumulada da renda e a distribuição acumulada da população de uma determinada localidade. Nesta métrica, em uma escala de zero a um, 0 seria uma perfeita igualdade de renda entre todos os habitantes, e 1 a concentração máxima destes proventos.

Tabela 4 – Valores e evolução do Coeficiente de Gini do Brasil, Grandes Regiões e Estados do Nordeste 2016-2017

Unidade Territorial		2016	2017	Varição
Brasil		0,53	0,52	-0,19%
Grandes Regiões	Sul	0,47	0,47	0,86%
	Sudeste	0,52	0,51	-1,92%
	Centro-Oeste	0,49	0,52	5,07%
	Norte	0,52	0,53	2,13%
	Nordeste	0,55	0,56	2,57%
Estados do Nordeste	Maranhão	0,55	0,55	-0,18%
	Piauí	0,59	0,57	-3,55%
	Ceará	0,53	0,55	3,37%
	Rio Grande Do Norte	0,55	0,51	-6,56%
	Paraíba	0,54	0,58	8,36%
	Pernambuco	0,55	0,53	-4,72%
	Alagoas	0,48	0,47	-2,71%
	Sergipe	0,56	0,54	-3,93%
Bahia	0,54	0,60	11,55%	

Fonte: Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua (2018).

Na Tabela 4 estão apresentados os dados do Índice de Gini referentes ao rendimento médio mensal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, efetivamente recebido no mês de referência, em todos os trabalhos, a preços médios do ano de análise.

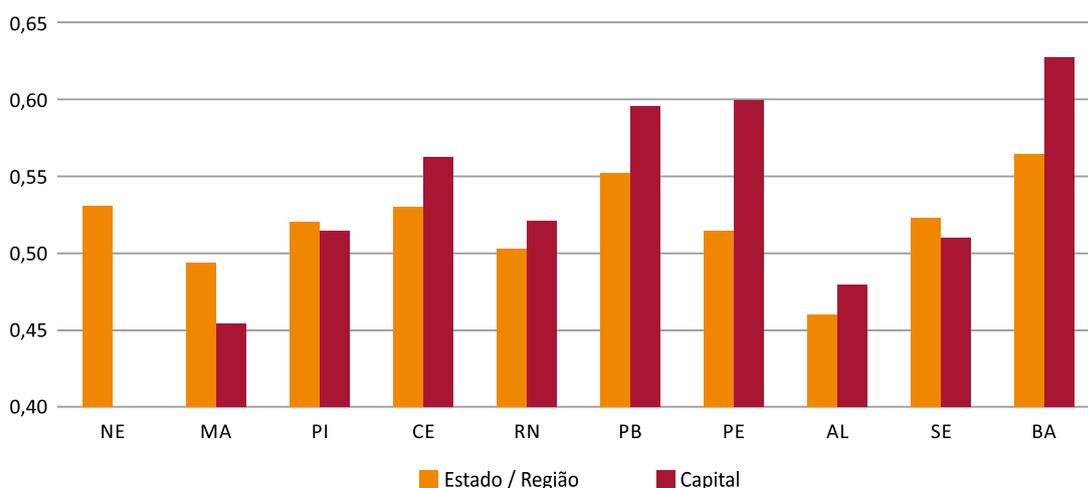
Os valores absolutos apresentados na Tabela devem ser considerados elevados de acordo com os padrões internacionais, o que posiciona o Brasil entre os mais desiguais do mundo². Embora os dados referentes ao país revelem uma módica melhora entre 2016 e 2017, 4 das 5 regiões apresentaram piora. Este desequilíbrio pode ser explicado pela alta concentração da população na Região Sudeste, que, por sua vez, foi a que apresentou redução na concentração de renda.

Especificamente na Região Nordeste, os Estados da Bahia, Paraíba e Ceará, nesta ordem, apresentaram maiores concentrações de renda em 2017, quando comparados a 2016. Por outro lado, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe foram os que mais reduziram a desigualdade de renda na Região.

Essa desigualdade revela-se, também, dentro de cada um dos Estados. A maioria das UF's do Nordeste apresenta diferenças significativas entre os coeficientes de Gini para Estados e capitais, como verificável no Gráfico 22.

² Como os dados não são uniformizados por ano, a classificação do Brasil pode variar. Com os dados mais recentes do The World Bank Database, o Brasil Gráfico como o 10º mais desigual do mundo.

Gráfico 22 – Coeficiente de Gini para o Nordeste, Estados e Capitais



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (2018).

Por um lado, cabe destaque para Maranhão, Piauí e Sergipe, cujo coeficiente estadual supera o valor registrado para as capitais. Por outro lado, destaca-se Pernambuco, cuja proporção entre o Gini da capital e do Estado é a maior, não só da Região, mas de todo o País.

4 Considerações Finais

O presente informe teve como objetivo apresentar algumas das características sociais do Nordeste brasileiro, suas especificidades e principais desafios para os próximos anos. Para tal, o estudo percorreu a estrutura etária da população da Região, destacou a evolução recente e evidenciou os avanços obtidos em questões históricas como a mortalidade infantil.

Posteriormente, verificou-se a posição relativa do IDH do Nordeste frente às demais regiões e ao Brasil, bem como a evolução do IDHM e cada um de seus componentes. Destes, coube destaque à desigualdade de renda, inter-regional, intraregional e intraestadual e entre sexos, destacando a relevância destes estudos e a necessidade de aprofundamento no tema para a concreta reversão da persistente desigualdade de renda entre o Nordeste e as demais regiões.

Em linhas gerais, entende-se que houve significativos avanços na Região, com destacada melhoria na qualidade de vida do povo nordestino, e sem prejuízo dos avanços econômicos também registrados e amplamente estudados. Há que se ressaltar, contudo, que esta melhora não fez com que o Nordeste se destacasse como uma Região tão próspera quanto aquelas mais abastadas, nem tampouco que estreitasse o *gap* existente.

Neste sentido, as desigualdades intrarregionais e inte-regionais permanecem como sendo um fator crítico para a construção de uma sociedade mais justa para os seus cidadãos, em praticamente todos os aspectos em que se comparam o Nordeste e o Brasil. Por extensão, o crescimento e o desenvolvimento econômico, bem como a produtividade da Região só deixarão os níveis subótimos se cumpridas condições mínimas para tal. Compete, portanto, às partes responsáveis, a busca da redução das disparidades aqui apontadas, que seguem fadando a Região a uma trajetória menos promissora que as demais, sobretudo Sul e Sudeste.

5 Referências

CENSO DEMOGRÁFICO: 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Decenal. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Tabela 2.2.1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Nordeste - 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=resultados>. Acesso em: 14 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da População, Urbana e Rural**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. seção do site do IBGE.

MINAYO, M.C. de S. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.26, n.1, p.135-140, jan./jul. 2009.

OJIMA, Ricardo; NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima. Novos caminhos para o Nordeste: reflexões sobre os impactos diretos e indiretos da migração de retorno no período recente. **Redes**, St. Cruz Sul, v.20, n.2, p.48-62, maio./ago. 2015. Revista do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/4526/pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Tabela 5438 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por níveis de instrução. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5438>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Tabela 5440 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5440>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c. Tabela 5436 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: PNAD Contínua. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Tabela: Distribuição dos Rendimentos Disponível em: <https://www.google.com/>

hUKewiogMaxqrvGhW1IbkGHcZGceYQFjAAegQIBxAc&url=https%3A%2F%2Fagenciadenoticias.ibge.gov.br%2Fmedia%2Fcom_mediaibge%2Farquivos%2Fb6f25fb63f27603b35add8910785a93f.xls&usq=AOvVaw1qnRky4yhbc_1fkYv6002 . Acesso em: 14 fev. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2013. Base de dados do IDH e IDHM elaborada a partir do Censo 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/atlas2013_dadosbrutos_pt.xlsx. Acesso em: 6 dez. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do Desenvolvimento Humano. 2017. Base de dados do IDH para Unidades Federativas, Regiões e Brasil, elaborada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/Indicadores%20Atlas%20-%20RADAR%20IDHM.xlsx>. Acesso em: 6 dez. 2018.

SIMÕES, Celso Cardoso Silva. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: SIS. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Tabela 2.3 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal real efetivo de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2018/indice_das_tabelas_sis2018.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE. **Mortalidade e Nascidos Vivos, por UF, Grandes Regiões e Brasil.** [critérios de pesquisa utilizados]. Brasília: DATASUS, 2018a.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE. Óbitos por Residência por Região e Ano do Óbito. [critérios de pesquisa utilizados] Brasília: DATASUS, 2018.

THE WORLD BANK. **Mortality rate under-5 per 1,000 live births.** [2017?] Disponível em: https://data.worldbank.org/indicador/SH.DYN.MORT?end=2017&start=2000&year_low_desc=false. Acesso em: 9 jan. 2019.